



**PROJETO PEDAGÓGICO DE ESPECIALIZAÇÃO MUNDOS NATIVO: SABERES,
CULTURAS E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS**

SÃO JOÃO DEL REI

MARÇO/2018

I – Identificação Geral

Nome do Curso: Mundos Nativos: Saberes, Culturas e História dos Povos Indígenas

Área de Conhecimento: Ciências Humanas - História

Forma de Oferta: EAD

I. IDENTIFICAÇÃO	
1. Instituição:	Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ
2. CNPJ:	21.186.804/0001-05
3. Endereço:	Praça Frei Orlando, 170 – São João del-Rei
4. Curso:	Mundos Nativos: Saberes, Culturas e História dos Povos Indígenas
5. Nível:	Especialização
6. Modalidade:	EAD – distância
7. Carga Horária:	Total: 360h
	Presencial: 20h (Abertura e Encerramento)
	A Distância:340h
8. Meta:	250 inscritos
9. Custeio:	Bolsas para a equipe de desenvolvimento do projeto - CAPES
10. Municípios abrangência de	Será oferecido para os municípios em Minas Gerais com polos ligados a UFSJ: Andrelândia, Barroso, Bom Jardim de Minas, Boa Esperança, Campo Belo, Carandaí, Formiga, Ouro Preto, São João del-Rei e Sabará.
11. Início:	Outubro de 2018
12. Término:	Abril de 2020
13. Coordenador do Curso:	Maria Leônia Chaves de Resende CPF: 454775236-20

	Professora Associada IV
	Tel: (32)33792454 /Cel:(32) 88138805 E-mail: leonia@ufsj.edu.br / leoniachaves@gmail.com
14. Informações Sobre a Oferta	Em 2015, foi ofertado um curso de aperfeiçoamento, por programa com o MEC, dando cumprimento a Lei 11.645 de 2008. Com o êxito do programa, avaliou-se que a segunda oferta deveria ser modalidade de especialização para atender uma maior demanda de professores egressos dos cursos de graduação.

II – Justificativa

A Especialização à distância “Mundos Nativos: Saberes, Culturas e História dos Povos Indígenas ” procura assegurar o respeito ao que dispõe a Lei 11.645/2008 “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em consonância com a gestão da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI/MEC). Desta maneira, busca garantir a equidade de condição, conteúdo e carga horária dos respectivos conteúdos, em conformidade com as propostas das organizações civis, das discussões em curso nos grupos de trabalho (GT’s de História Indígena) afiliados a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) e as outras esferas das políticas públicas de inclusão das minorias, que assinalam a necessidade de se pensar a questão do ensino da história indígena em todos os níveis da educação escolar.

O Brasil, país multicultural e pluriétnico, tem o privilégio de contar com uma diversidade extraordinária de povos indígenas. No entanto, infelizmente, a grande maioria dos brasileiros pouco sabe sobre os povos nativos, resultando em boa medida no desconhecimento e equívocos a respeito dos saberes, culturas e história dos povos indígenas, imperando distorções, preconceitos e estereótipos alarmantes disseminados na sociedade brasileira.

A Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino de história e culturas indígenas nos currículos escolares, possibilitou um canal de superação dessa lacuna na formação escolar ao contribuir para o reconhecimento e a inclusão das diferenças étnicas dos povos indígenas, buscando pensar o Brasil em sua sociodiversidade a qual, segundo os registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2000, reconhece 305 etnias indígenas, com 274 línguas diferentes. Os índios são quase 900 mil, correspondendo a 0,47% da população do país, sendo que um terço vive nas cidades e o restante em áreas rurais. Grande parte está concentrada nas aldeias, em 689 Terras Indígenas. E há ainda 67 registros de grupos isolados! O legado desses povos é, portanto, um patrimônio cultural do Brasil e da humanidade!

Para a efetivação do que determinou a Lei 11.645/2008, há muitos desafios a serem enfrentados. Um dos maiores é justamente a capacitação de professores que estão atuando nas escolas (“Formação Continuada”) bem como daqueles ainda em formação nas universidades públicas e privadas, nos diversos cursos de licenciatura e magistério. Isso significa dizer que, no âmbito dos currículos dos cursos de licenciatura e de formação de professores, a inclusão de um curso que trate da temática indígena é estratégica para a recuperação da memória e história dos povos indígenas, reconhecendo e respeitando os índios em suas reivindicações, conquistas e garantias de direitos e em suas diversas expressões socioculturais. Por essa razão, o ensino das culturas e história dos povos indígenas são instrumento decisivo para transformar as práticas pedagógicas, favorecendo novos olhares e viabilizando “espaços que favoreçam o reconhecimento da diversidade e uma convivência respeitosa baseada no diálogo entre os diferentes atores sociopolíticos, oportunizando igualmente o acesso e a socialização dos múltiplos saberes”. (SILVA, 2012)

III - Histórico da Instituição

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Decreto nº 5.800, em 08 de junho de 2006, se propôs a estimular "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Trata-se de uma proposta que se integra às universidades públicas para oferecer cursos por meio da educação a distância (EaD), prioritariamente, para a formação continuada dos professores da educação básica: Esse programa implementa políticas públicas integradas aos Programas e Ações da Educação Superior, Profissional e Tecnológica e Básica, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades educacionais, considerando diferentes públicos e temáticas, a saber: Educação Especial, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena.

O MEC tem uma importante missão de propor uma agenda pública para o Sistema Nacional de Ensino que promova a diversidade sociocultural, impulsionando o processo de democratização e de afirmação dos direitos humanos na sociedade brasileira. Neste contexto, as diferenças culturais dos povos indígenas e de outros povos portadores de identidades específicas devem ser afirmadas dentro do processo educacional e da formação para o exercício da cidadania de forma a promover o respeito à diferença, o cultivo da diversidade e a polifonia de tradições e distintas epistemes, na perspectiva de “decolonização”, como tônicas sensíveis à sociedade brasileira e ocidental.

Em consonância com essa perspectiva, a Lei 11645 de 10 de março de 2008 determinou que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros fossem ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, no ensino fundamental e de ensino médio, em escolas públicas e privados, tornando, portanto, obrigatório o seu estudo.

Associado a isso, a iniciativa inovadora de gestão educacional recorreu ao uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, ancorada na Educação à distância (EAD), incorporando práticas pedagógicas vocacionadas à democratização

do acesso à educação, conhecimento e formação acadêmicas, como estratégia decisiva para a implementação e para o maior alcance da demanda social educacional.

Nesse sentido, a UFSJ em sintonia com esse propósito ofereceu uma primeira versão do curso na forma de aperfeiçoamento em Culturas e História dos Povos indígenas, coordenado pela Profa. Maria Leônia Chaves de Resende, via Programa da SECAD/MEC. Para avançar na qualificação dos professores, esta oferta propõe agora o curso na forma de Especialização intitulada “Mundos Nativos: Saberes, Culturas e História dos Povos Indígenas”, via Ambiente Virtual de Aprendizagem (Plataforma *Moodle*), operado pelo Núcleo de Ensino à distância (NEAD) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), com o intuito de contribuir na mediação entre as políticas educacionais, regidas em especial pelo disposto na Lei 11.645/2008, e o ensino nas escolas públicas.

IV – Objetivos

O objetivo do curso de Especialização “Mundos Nativos: Saberes, Culturas e História dos Povos Indígenas” é atender aos professores da rede pública, como dispõe a Lei 11.645/2008, procurando compreender o amplo e complexo processo histórico dos povos indígenas do Brasil, tomando em conta sua atuação a partir das relações inter-étnicas estabelecidas com outros agentes (administrativos, governamentais, missionários, movimentos sociais entre outros). Para tanto, recorreremos a uma historiografia acadêmica representativa sobre as diferentes culturas e processos históricos dos povos indígenas, de diversas procedências étnicas, bem como incorporando os próprios relatos dos índios, com o intuito de produzir uma percepção crítica das diferentes formas de inserção dos povos indígenas de distintas regiões ao longo da história do Brasil.

1 - Objetivo Geral

- 1.1 Contribuir na formação de professores das redes de escolas municipais e estaduais, alunos de graduação em História e áreas afins, candidatos de demanda social com vistas a se qualificarem sobre as temáticas das culturas e histórias dos Povos Indígenas de acordo com as propostas pedagógicas e curriculares, visando à implementação efetiva do que dispõe a Lei 11.645/2008.

2 - Objetivos Específicos

2.1 - Promover o conhecimento sobre as realidades histórica e contemporânea dos Povos Indígenas no Brasil para subsidiar as discussões sobre as relações inter-étnicas nas escolas.

2.2 - Instrumentalizar conceitualmente para o entendimento e valorização da sociodiversidade indígena.

2. 3 - Identificar e desconstruir noções equivocadas e preconceituosas sobre os Povos Indígenas, valorizando a multietnicidade e a pluralidade cultural como patrimônio da sociedade brasileira.

2. 4 - Facilitar, por intermédio da EAD, o acesso às tecnologias educacionais em favor de uma formação docente para o aperfeiçoamento nos termos do que dispõe a Lei 11.645/2008.

V – Público-Alvo

O curso destina-se aos professores da rede pública em efetivo exercício e funcionários das secretarias de educação dos municípios, bem como alunos graduados e/ou outras demandas sociais.

VI – Concepção do Programa

Ao se colocar os índios como agentes e atores sociais nos seus diferentes processos, a própria narrativa da história do Brasil é reinterpretada e recontada em outra perspectiva, produzindo novas versões e sentidos ainda não reconhecidos pela maioria da historiografia oficial e, por decorrência, pela sociedade brasileira. Com a construção dessa nova narrativa é possível contrapor os recorrentes registros, em manuais e livros didáticos, de uma “crônica da extinção” promovida pela violência e guerras de contato inter-étnico, resultando em um verdadeiro extermínio da população indígena, e, dessa forma, justificando o desaparecimento dos índios da história. Por essa interpretação tradicional, as populações indígenas foram derrotadas e submetidas à condição de escravos. Quando muito foram, então, integrados à sociedade de expansão em um processo de aculturação, isto é, mudanças culturais que acarretaram na perda de sua identidade. Nessa visão assimilacionista, os índios perderam sua cultura e capacidade de resistência e deixaram de serem índios! No entanto, ainda que não se negue a violência, massacre e espoliação contra as nações indígenas na situação de contato inter-étnico ao longo da história do Brasil, estudos recentes de antropólogos e historiadores mostram que esse processo foi muito mais dinâmico e complexo. Em contraposição, há evidências incontestáveis da permanência e luta dos povos indígenas, reafirmada pela expressão de suas organizações representativas e pelo sensível aumento demográfico, demonstrando que jamais foram extintos, em um ensaio de “apagamento da memória” e do importante protagonismo dos índios na história da nação. Portanto, é fundamental se reconstruir a “outra” história do Brasil, levando em conta a contribuição dos recentes estudos historiográficos produzidos nos meios acadêmicos e/ou no próprio conhecimento tradicional indígena. Esta especialização procura, assim, promover ativamente a “decolonização do pensamento”, contextualizando e politizando conceitos e mundivisões entro da diversidade e pluralidade indígenas no campo de terreno que se tem chamado de uma “ecologia de saberes”.

A partir da década de 1990 registou-se um esforço inédito para recuperar a subjectividade dos indivíduos e dos grupos indígenas. Procurou-se compreender as motivações e os interesses (colectivos, mas também individuais) que se encontravam

por detrás das relações, das alianças e das lutas desenvolvidas tanto entre os diversos grupos nativos. No estudo destas dinâmicas sublinhou-se, acima de tudo, o papel dos ameríndios como intermediários culturais ou como *cultural brokers* entre diferentes sociedades, fenómeno que teve uma particular incidência nos espaços de fronteira. Do mesmo modo, nos tempos mais recentes a historiografia incidiu nos processos de negociação como parte da estratégia indígena, assim como nos fenómenos de resistência confrontativa que coexistiram com a adaptativa, de negociação. A crescente interdisciplinaridade dos estudos históricos em diálogo com a antropologia, favoreceram novas perspectivas de estudo, em particular o interesse pelos processos de etnogénese ou de construção das identidades e de categorias étnicas (etnónimos). A etnicidade passou a ser entendida como o fruto da experiência histórica de cada sociedade, incluindo não só elementos próprios, mas também elementos externos que foram sendo apropriados pelos actores indígenas.

Estudaram-se igualmente os processos através dos quais as populações ameríndias tiraram partido dos recursos das autoridades coloniais ou do Estado brasileiro, a fim de lutarem pelos seus direitos. Neste âmbito, mereceu uma especial atenção o recurso dos índios às instâncias da justiça, sobretudo para a defesa de suas terras, ou pela luta pela sua liberdade. No seu conjunto, as perspectivas historiográficas desenvolvidas nos últimos anos colocaram os indígenas num lugar central da análise e das dinâmicas históricas, desse modo enriquecendo a nossa compreensão sobre a sua capacidade de acção e as suas estratégias como sujeitos e agentes. Neste eixo pretendemos promover um diálogo público entre intelectuais indígenas, cientistas sociais que têm trabalhado sobre o contexto indígena e representantes de organizações, sobre os grandes desafios colocados ao Brasil contemporâneo relativamente às questões ambientais.

Decisivas são as discussões sobre o pensamento e as metafísicas nativas como uma arena importante para equacionar uma cosmopolítica que permita fazer frente aos desafios ambientais. Neste eixo pretendemos promover um diálogo público entre intelectuais indígenas, cientistas sociais que têm trabalhado sobre o contexto indígena e representantes de organizações ecológicas.

A educação é uma tópica fundamental, em que se constitui como espaço de reflexão sobre a interligação entre cultura e modos de construir o futuro na perspectiva indígena, no sentido de expandir e descolonizar o conhecimento. O campo das artes tem-se consolidado como meio de afirmação identitária e de comunicação com a sociedade ocidental, revelando histórias de violência e opressão colonial a partir de outros modos de pensar, sentir e viver.

Atendendo a essas premências, propomos a primeira edição do curso de Especialização *Lato Sensu* em “Mundos Nativos: Saberes, Culturas e História dos Povos Indígenas”.

VII - Coordenação

Professora Maria Leônia Chaves de Resende

Coordenador

Titulação: Doutora.

Regime de contratação do coordenador do Programa: Dedicção Exclusiva

Número de horas para a Coordenação: 20 horas

Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Leciona na graduação e pós-graduação de História (UFSJ). Licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestrado (1993) e doutorado em História Social da Cultura pela UNICAMP (2003), bolsa Fulbright na Universidade do Texas, e Pós-Doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa (2007 e 2015). Realizou pesquisas e estudos sobre o mundo atlântico ibero-americano, com ênfase na história indígena e temas correlatos. Coordenadora de programa internacional entre a UFSJ e a Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Munique e Universidade de Nova York em Buffalo. É pesquisadora no Centro de Pesquisa do Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa onde foi pesquisadora no Programa Europeu Marie Curie (2016). É membro de variso gruposde pesquisa (Lattes) e também do Núcleo de Ensino à Distancia (NEAD) da UFSJ.

VIII. Carga Horária

360 horas

IX - Período e Periodicidade

Outubro de 2018 – Abril de 2020, com integralização em 18 meses. Oferta única por Edital da CAPES.

X – Cronograma das Disciplinas

O curso terá duração de total de 360 horas, distribuídas entre a carga horária presencial, com a abertura (5h), apresentação do TCC (30h) e encerramento (5h) e as disciplinas em EAD (módulos temáticos):

Módulos	Mês	Carga horária em EAD	Docentes e titulação	Carga horária presencial
Abertura do curso	Outubro /2018		Profa. Maria Leônia Chaves de Resende (Doutora)	5h (Liderança Indígena)

Módulo 1	Outubro/2018	15h	Profa. Marise Maria Santana da Rocha (Doutora)	
Módulo 2	Nov. - Dez./2018	30h	Prof. Cristiano Lima (Mestre)	
Módulo 3	Jan. - Fev. 2019	30h	Prof. Carlos Henrique Cruz (Doutor)	
Módulo 4	Março - Abril 2019	45h	Profa. Maria Leônia Chaves de Resende (Doutor)	
Módulo 5	Mai - Junho / 2019	30h	Profa. Maria Clara Santos (Doutoranda)	
Módulo 6	Julho - Agosto / 2019	30h	Prof. Giovani José da Silva (Doutor)	
Módulo 7	Set. - Out. / 2019	30h	Prof. Leonardo Rocha (Doutor)	
Módulo 8	Nov - Dez. /2019	30h	Prof. Guilherme Ferreira (Doutorando)	
Módulo 9	Jan. Fev. / 2020	90h	Orientação de TCC (será feita pelo corpo de professores do curso e/ou outros professores selecionados por edital)	
Módulo 10	Março / 2020	30h	Banca de TCC (professor orientador e outro membro da banca)	
Encerramento do curso	Março / 2020		Profa. Maria Leônia Chaves de Resende (Doutora)	5h (Especialista em Educação Indígena) / Liderança Indígena
Total		360h		

Cronograma descritivo

Atividades/Subatividades	Período
1. Planejamento	
1.1. Elaboração do projeto pedagógico do curso.	Março /Abril
1.2. Tramitação e aprovação do projeto do curso na universidade.	Junho
1.3 Definição/Seleção da Coordenação-Geral, Equipe Técnica, Pedagógica, Administrativa e Tecnológica.	Abril
1.4. Seleção e Capacitação dos tutores	Agosto / setembro
2. Preparação	
2.1 Preparação do material pedagógico pela equipe de professores	Junho
2.2 Processo seletivo - Elaboração/publicação de edital de seleção de cursistas.	Setembro
2.3 Período de Matrículas.	15 -25 de Setembro
3. Desenvolvimento	
3.1. Abertura.	1 de Outubro
3.2. Desenvolvimento do curso.	Outubro/2018 – Março/2020
3.3. Encontros presenciais.	Outubro /2018 e Março/2020
3.4. Relatório sintético do curso.	Março de 2020
3.5. Encerramento e certificação dos cursistas.	Abril de 2020
4. Finalização	
4.1. Relatório Descritivo e Detalhado das Ações Executadas	Abril de 2020
4.2. Relatório de Execução Final	Abril de 2020

XI – Conteúdo programático

A estrutura curricular está organizada em 10 módulos na modalidade de ensino à distância via Plataforma *Moodle*, em que tutores, professores e cursistas desenvolverão múltiplos e simultâneos processos de interação, havendo dois encontros presenciais (na abertura e encerramento do curso).

Essa estrutura oferecerá oportunidades para o conhecimento/domínio de conteúdos, processos, procedimentos e ferramentas tecnológicas que poderão ampliar e tornar mais efetiva a atuação do professor na atuação em sala de aula.

O curso foi organizado tendo em vista o ementário geral, elencados em dez (10) módulos, sendo seis (6) com eixos temáticos que tiveram como objetivo a questão indígena como epicentro em um panorama interdisciplinar de várias áreas de conhecimento, com interface entre o passado e o presente, problematizando conceitos e discutindo a experiência do contato interétnico em diversos momentos da história do Brasil.

Para tanto, abordaremos quatro momentos históricos no nosso estudo. No primeiro, descobriremos sobre a origem dos índios e como viviam antes da chegada dos portugueses. Para isso, nos apoiaremos na Arqueologia e nas Artes. A partir dos vestígios da cultura material, ou seja, de objetos e registros pretéritos como a arte rupestre, artefatos líticos e a cerâmica, vamos reencontrar as diferentes sociedades que ocuparam o Brasil.

No segundo, o foco será as novas interpretações sobre a experiência do contato interétnico entre europeus, afro-descendentes e indígenas em diversas regiões do Brasil. Vamos acompanhar a resistência nativa às frentes de expansão luso-brasileira, seja pelo confronto armado seja por outras formas de resistência adaptativa em que os índios, como sujeitos históricos, procuraram estratégias para sobreviver dentro da própria sociedade colonial. Por ser inestimável a contribuição desses povos à formação da sociedade brasileira, nosso intento é compreender a multiplicidade de processos que os ameríndios vivenciaram nas relações que estabeleceram com as sociedades envoltentes.

No terceiro módulo, abordaremos o Brasil indígena contemporâneo, com as políticas indigenistas e suas organizações. Trataremos da história dos direitos dos povos indígenas, as conquistas e violações bem como a cultura jurídica nativa. Nessa perspectiva abordamos, tendo em conta as teorias decoloniais e descolonizantes, a questão da Educação entre os povos indígenas e a Educação para os povos indígenas, esta última reconhecida como Educação Escolar Indígena. Além disso, debaterá os processos próprios de aprendizagem e epistemologias indígenas, levando-se em conta questões relacionadas à memória, à tradição (oral e gestual) e às oralidades. Abordaremos experiências em Ensino de História entre indígenas e não indígenas e as perspectivas políticas na Educação Escolar Indígena, abordadas de maneira geral (Brasil) e específica (Minas Gerais).

Finalmente, no último módulo, aprofundaremos sobre as formas de pensamento e os saberes nativos. Trataremos da mundividência indígena e sua relação com as sociedades ocidentais.

Como o curso será oferecido para os polos em Minas Gerais, teremos um foco particular na abordagem das Minas Gerais indígena: a riqueza cultural de seus povos e de sua história!

Pensamos que aprender sobre o mundo dos povos indígenas é uma maneira de compreender o processo de constituição do povo brasileiro. Um povo que a despeito de sua originalidade ainda olha para si mesmo sem se reconhecer. Afinal como disse o antropólogo Viveiro de Castro: “No Brasil todo mundo é indígena, exceto os que não são”!.

As temáticas e conteúdos dos materiais que compõem o curso são:

Ementa Geral do Curso de Especialização “Mundos Nativos: Saberes, Culturas e História dos Povos Indígenas”

Etno-história indígena como tema transversal: metodologia e fontes. Teorias da Decolonização. Antropologia, História e Arqueologia: Historiografia e história indígena. Contatos interculturais: índios, afro-descendentes e europeus. Concepções e imagens dos índios. Força de trabalho indígena, terra e colonização. Resistências indígenas. História do direito dos povos indígenas. Políticas e legislação indigenista da Coroa portuguesa e do Império brasileiro. O indigenismo brasileiro: a Comissão Rondon. Regime tutelar republicano: SPI e FUNAI. Políticas e práticas contemporâneas: indigenismo laico versus missões religiosas. Movimentos indígenas, mobilização panamericana. Violações e Direitos dos Povos indígenas do Brasil. Os índios no ensino de História. Educação indígena. Saberes nativos: contribuição dos povos indígenas à cultura e ciência. Os índios hoje: desafios e lutas das organizações indígenas. A sociodiversidade indígena no Brasil - onde estão e quais são os povos indígenas; Territorialidade e povos indígenas - Dados gerais sobre a demografia indígena; Classificação dos povos indígenas pela diversidade linguística - troncos e famílias linguísticas.

15. Estrutura Curricular

Abertura do curso de Especialização em “Mundos Nativos: Saberes, Culturas e História dos Povos Indígenas” (Outubro)

(Profa. Maria Leônia Chaves de Resende) (5h)

Apresentação do ementário e programas dos módulos do curso na UFSJ, com a participação de toda equipe de desenvolvimento.

Conferência de Abertura: Os povos indígenas e a educação para a diversidade (Palestrante a ser convidado)

1 - Módulo 1: “Ensino à distância e Ferramenta Moodle”

(EAD – 15h - Profa. Marise Maria Santana da Rocha) (Outubro)

Ferramentas da plataforma Moodle. Conceituação e histórico da Educação a Distância. Princípios e fundamentos do ensino a distância. O Ambiente Virtual de Aprendizagem: características e possibilidades. O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância.

2 - Módulo 2: “Arqueologia e as Artes Indígenas - Das paisagens ancestrais ao Brasil contemporâneo”

(EAD - 30h – Prof. Cristiano Lima) (Novembro / Dezembro)

A primeira colonização da América: ocupação da paisagem, conformação de territórios e diversificação cultural do paleoíndio. Do estudo de vestígios de cultura material – arte rupestre, lítico e cerâmica – à arqueologia da paisagem. Conceitos da Antropologia, História e Arqueologia: a etnohistória como tema transversal. Categorias para a compreensão da diversidade sociocultural - tribos, comunidades, etnias. Dinâmicas sociais, poder e assimetria no contexto de relações interétnicas: as diversas concepções e preconceitos referentes aos povos indígenas. Debate conceitual: assimilação, civilização, integração, aculturação. Sítios arqueológicos, paisagens culturais e espaços históricos indígenas como legado e atração para o turismo cultural – o caso da Estrada Real. Tradições e artes indígenas: patrimônio cultural brasileiro. Resistência cultural e arte indígena no mundo contemporâneo.

3 - Módulo 3: “Brasis indígenas: pensando os índios na História”

(EAD - 30h – Prof. Carlos Henrique Cruz) (Janeiro / Fevereiro)

Pensar os índios na História: desafios, possibilidades e fontes. Índios coloniais: múltiplas experiências; classificações controversas. Contatos interculturais: índios, afro-descendentes e europeus. Aldeamento, missão e catequese: aldeamentos/”descimentos”/”guerras justas”/redução demográfica/escravização. Concepções e imagens dos índios. Força de trabalho indígena, terra e colonização. Modalidades de resistências indígenas. A Inquisição e os índios: as fontes e suas possibilidades de pesquisa do contato cultural. Os índios no Império do Brasil: entre a idealização e a mestiçagem. Índios, caboclos e mestiços no Nordeste: classificações étnicas e a luta pela terra. Políticas indigenistas na República do Brasil. Etnogêneses, fluxos culturais e identidades políticas. Uma História de longa duração e os índios como protagonistas.

4 - Módulo 4: “Pensamentos, Mundividência e Saberes Nativos”

(EAD - 45h – Profa. Maria Leônia Chaves de Resende) (Março / Abril)
Videoconferências, documentários, filmes, e/ou textos de especialistas de várias áreas do conhecimento, inclusive de textos e depoimentos de lideranças indígenas, sobre a perspectiva nativa na construção dos saberes étnicos).

5 - Módulo 5: “História dos Direitos dos Povos Ameríndios”

(EAD - 30h - Profa. Maria Clara Santos) (Maio / Junho)

Conceitos fundamentais do Direito indígena. Panorama histórico do tratamento jurídico da questão indígena no Brasil. O indigenismo brasileiro: a Comissão Rondon. Regime tutelar republicano: SPI e FUNAI. Movimento indígena, mobilização da sociedade civil e os direitos dos Povos Indígenas na Constituição de 1988. Movimentos Indígena e Indigenista: lutas dos povos indígenas na defesa dos seus direitos; concepções e práticas socioculturais dos povos indígenas. O indígena no direito administrativo. Instrumentos do Direito Internacional para os direitos dos Povos indígenas no Brasil. Relatoria das violações dos Direitos Humanos e os povos indígenas.

6 - Módulo 6: “Ensino e Educação Indígenas”

(EAD – 30h – Prof. Giovani José da Silva) (Julho / Agosto)

Teorias decoloniais e descolonizantes na Educação. Educação indígena, educação para indígenas e os processos próprios de aprendizagem. Memória, tradição, oralidades e *performance*. A história indígena no ensino de História. Perspectivas políticas na Educação Escolar Indígena. A educação dos povos indígenas em Minas Gerais.

7 - Módulo 7: “Espaço, Patrimônio e Turismo Cultural”

(EAD - 30h - Prof. Leonardo Rocha) (Setembro / Outubro)

Conceito de patrimônio histórico, cultural, ambiental e a sua inter-relação com turismo cultural. Lugares de memória e bens culturais. Direito de Patrimônio cultural. Patrimônio cultural e tutela jurídica das identidades. Princípios da tutela do meio ambiente. Patrimônio cultural intangível. Conhecimentos e memórias tradicionais. Paisagens culturais e Políticas de Patrimônio. Características do espaço geográfico em suas diversas escalas, destacando a diversidade ambiental. Geodiversidade. Geoturismo. Geopatrimônio. Geoconservação.

8 - Módulo 8: “Projeto de Pesquisa”

(EAD - 30h - Prof. Guilherme Ferreira) (Novembro / Dezembro)

Estrutura do projeto de pesquisa. O projeto de pesquisa e a delimitação do objeto. (objeto e problematização; balanço teórico; balizas metodológicas; hipóteses, fontes; cronograma e bibliografia). Problemas relativos à escolha de um objeto de pesquisa: sua *relevância*, social e/ou científica; sua *viabilidade* e sua *originalidade*, *delimitação* temporal, espacial e analítica. Análise e cruzamento de fontes. O conceito e a variedade das fontes, a importância da empiria e da coleta de material. O *paradigma*

indiciário e a formulação de hipóteses. O “estado da arte” e os meandros da leitura acadêmica.

9 - Módulo 9: “Orientação do TCC” (EAD – Maria Clara Santos - Coordenador de TCC)

(EAD – 90h) – Orientação do TCC (Janeiro /Fevereiro)

Professores da equipe e outros selecionados por edital, com formação compatível e experiência com a temática indígena.

Apresentação do TCC”

Banca Presencial (Março) (30h)

Apresentação e avaliação do TCC

Encerramento do Curso: Profa. Maria Leônia Chaves de Resende (5h)

Os componentes curriculares estão organizados em dez módulos, com a formação baseada em diferentes materiais didáticos (ambiente virtual, DVD/vídeo, impresso). Por meio destes módulos, busca-se dialogar com os cursistas a partir de uma familiarização com o ambiente virtual (Módulo 1), o aprofundamento dos conteúdos temáticos (Módulos 2, 3, 4, 5, 6, 7), projeto e orientação de TCC (Módulo 8 e 9) e uma integração entre os diversos participantes do curso das diferentes regiões do estado, além da própria integração com seus tutores no encontro presencial de encerramento (Módulo 10).

Para a implementação do curso será utilizado o suporte tecnológico da Plataforma *Moodle* (ambiente para educação a distância via internet) e a estrutura logística e dependências da UFSJ.

Mediante o apoio oferecido pelo tutor, objetiva-se que o participante adquira um domínio básico do ambiente *Moodle*, dos recursos de sistema operacional, dos seus aplicativos e de outros elementos que possa necessitar em relação ao manuseio dos recursos tecnológicos.

XII - Corpo docente

O corpo docente é composto por professores especializados nos respectivos conteúdos, com qualificação acadêmica compatível (mestrado ou doutorado), conforme Lattes em anexo.

Módulo 1: “Ensino à distância e Ferramenta Moodle” (Profa. Dra. Marise Rocha – UFSJ - aposentada)

Módulo 2: “Arqueologia e as Artes Indígenas - Das paisagens ancestrais ao Brasil contemporâneo” (Prof. Ms. Cristiano Lima – UFSJ)

Módulo 3: “Brasis indígenas: pensando os índios na História” (Prof. Dr. Carlos Henrique Cruz –IFET/MG)

Módulo 4: “Pensamentos, Mundividência e Saberes Nativos” (Profa. Dra. Maria Leônia Chaves de Resende - UFSJ)

Módulo 5: “História dos Direitos dos Povos Ameríndios” (Profa. Ms. Maria Clara Santos – doutoranda - UFSJ)

Módulo 6: “Ensino e Educação Indígenas” (Prof. Dr. Giovani José da Silva - UNIFAP)

Módulo 7: “Espaço, Patrimônio e Turismo Cultural” (Prof. Dr. Leonardo Rocha - UFSJ)

Módulo 8: “Projeto de Pesquisa” (Prof. Ms. Guilherme Ferreira – UFF - doutorando)

Módulo 9: “Orientação do TCC” (Professores do curso e outros em eventual necessidade – seleção por edital)

XIII – Metodologia

A metodologia utilizada no Curso de Especialização “Mundos Nativos: Saberes, Culturas e História dos Povos Indígenas” será desenvolvida de forma semipresencial (com encontros presenciais e ensino a distância) a partir da interatividade do tutor e professores com os cursistas, via internet, em Ambiente Virtual de Aprendizagem, na Plataforma *Moodle*, sob responsabilidade do NEAD / Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e com o apoio da equipe pedagógica e de desenvolvimento do curso.

A Universidade Federal de São João del-Rei tem multiplicado suas ações de inserção regional, com a utilização da estratégia da Educação à Distância e o desenvolvimento de novos suportes e tecnologias educacionais. O NEAD oferece:

- cursos de pós-graduação lato sensu em vários polos de Apoio Presencial nos Estados de Minas Gerais e São Paulo: Práticas de Letramento e Alfabetização (11 polos); Educação Empreendedora (11 polos); Mídias na Educação (11 polos); Gestão Pública Municipal (8 polos); Gestão Pública (7 polos); Gestão em Saúde (9 polos); Ensino de Filosofia no Ensino Médio (6 polos); Ensino de Sociologia no Ensino Médio (10 polos). Também oferece cursos de graduação em vários polos de Apoio Presencial nos estados de Minas Gerais e São Paulo como Bacharelado em Administração Pública (12 polos); Licenciatura em Filosofia (21 polos); Licenciatura em Matemática (4 polos);

Licenciatura em Pedagogia (6 polos). Atualmente o Núcleo de Educação a Distância – NEAD/UFSJ conta com 6713 alunos.

O Curso de Formação de Docentes (CFD) tem como público alvo os professores da UFSJ, em atividade no NEAD, ou interessados em adquirir e/ou ampliar conhecimentos na área da educação à distância. O objetivo do mesmo foi o de apresentar a modalidade aos professores, dando enfoque teórico (conceitos, contexto, histórico da EAD) e prático (construção de material didático, utilização de ferramentas da Plataforma *Moodle*).

O Curso de Formação de Tutores (CFT) tem como público-alvo tutores presencial e a distância, aprovados por processo seletivo, para atuarem nos cursos de especialização e graduação oferecidos pelo NEAD, outro alvo foi o corpo técnico, em atividade no NEAD. O objetivo do mesmo foi o de apresentar a modalidade aos tutores e técnicos, dando enfoque ao papel do tutor no processo educativo da modalidade à distância.

XIV - Atividade Complementares

Não haverá atividades complementares.

XV – Tecnologia

O NEAD /UFSJ oferece oficinas para apresentar recursos e ferramentas que podem ser utilizados na EAD, mais especificamente na Plataforma *Moodle*. Elas buscam atender à demanda da formação continuada, pois aconteceram durante todo o ano, com duração de 2 ou 3 horas, em formato presencial, no laboratório do NEAD, tais como Produção de *Slides* em *PowerPoint*, Portal Didático, Lousa Digital, Ferramentas *Moodle*, Produção de Material Didático Impresso para EAD entre outros. A especialização contará com um curso introdutório a ser oferecido pelo NEAD para todos os participantes. Nesse sentido, a Universidade Federal de São João del-Rei, através do Núcleo de Educação a Distância – NEAD, disponibiliza a sua infraestrutura para apoio logístico e tecnológico do curso proposto. Recorrendo a essa estrutura logística e de recursos humanos, a equipe de desenvolvimento do Curso de Especialização “Mundos Nativos: Saberes, Culturas e História dos Povos Indígenas” oferecerá sete (7) módulos, contemplando um percurso de aprendizagem, no qual o estudante acompanhará os módulos de formação oferecidos mensalmente durante os 18 meses do curso de aperfeiçoamento. Os tutores do curso serão selecionados por edital oportunamente e devem ter formação em História (prioritariamente) ou áreas afins.

O material básico a ser utilizado será a coletânea publicada em 2015 sob coordenação da Profa. Leônia Chaves, disponibilizada na biblioteca da plataforma. A equipe ainda preparará novo material didático referente a suas respectivas disciplinas bem como postará outros recursos (artigos, dissertações, teses, vídeos, filmes, documentários, entrevistas entre outros) referente ao a cada módulo na Plataforma *Moodle*.

XVI – Infra-estrutura Física

O curso será em EAD e infra-estrutura física utilizada será a do NEAD.

XVII – Critério de Seleção

Requisitos para participação

- Para todos os inscritos: disponibilidade mínima de 4 (quatro) horas semanais para se dedicar ao curso online.
- Prioridade para os professores e alunos graduados, com interesse na docência do ensino fundamental e médio.
- Para demanda social: interesse nas discussões acerca das relações inter-étnicas, em especial às questões relacionadas às culturas e história indígenas.

Nesta edição, serão oferecidas 250 vagas.

XVIII – Sistemas de avaliação

A avaliação será feita por atividade de cada módulo de curso, por meio de atividades especificadas no programa, seja por trabalhos individuais e/ou em grupo ou ainda relatórios do conteúdo. Ao final, os alunos apresentarão um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido a partir da abordagem de um dos módulos do curso. O resultado final será expresso em um único conceito que representará todas as atividades desenvolvidas nos módulos.

Os alunos avaliarão o curso, seu corpo docente, tutores, atendimento administrativo por meio de um instrumento de avaliação a ser postado na plataforma.

XIX – Controle de frequência

O controle de frequência será feito via plataforma Moodle, com o devido acompanhamento dos tutores. Para que seja aprovado no curso, o aluno deverá ter pelo menos 75% de presença.

XX – Trabalho de Conclusão

O TCC será feito, sob orientação de um dos professores do curso (e, se necessário, por outros selecionados por edital), sobre um dos conteúdos dos módulos a ser apresentado presencialmente.

XXI – Certificação

O certificado de conclusão do curso de aperfeiçoamento com a respectiva carga horária será emitido pela UFSJ.

XXII – Indicadores de desempenho

O monitoramento do Curso de Especialização será executado pela Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ durante sua oferta. Caberá à Coordenação do Curso promover intervenções no processo visando à melhoria dos resultados e o pleno alcance das metas propostas.

Durante a vigência do Projeto, a Universidade acompanhará a execução orçamentária e financeira, bem como o pagamento de bolsas, garantindo que se processem em estrita observância ao disposto pela CAPES e / outras exigências e os demais instrumentos legais que regulamentam a matéria, bem como às condições estabelecidas neste Projeto.

XXIII – Planilha orçamentária

Custeio e Bolsas nos termos do edital da Capes

XXIV – Data de encerramento do curso

30 de abril de 2020

XXV – Currículo Lattes de todos os Docentes envolvidos

(em anexo)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- _____. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2010, p.13-133.
- ATHIAS, Renato. Diversidade étnica, direitos indígenas e políticas públicas. *NEPE*, UFPE, 2005. http://www.ufpe.br/nepe/publicacoes/publicacoes_4.pdf
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, Agosto de 2013, p.89-117.
- BEOZZO, José Oscar (org.). *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, v.2, 1980, p.255-308.
- _____. *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
- Brasil. *Leis. Legislação indigenista*. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.
- CALAFATE, Pedro; GUTIÉRREZ, Ramón. Introdução, In: *Ibidem*. Escola Ibérica da Paz. A consciência crítica da conquista e colonização da América (1511-1694). Santander: Ed. Universidad de Cantabria. 2014, p. 111-155.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. (org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808–1889)*. São Paulo: Edusp: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- _____. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niemeyer (orgs.). *Políticas Culturais e Povos Indígenas*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.
- COHN, Sergio (org.). *Ailton Krenak*. (Coleção Encontros). Rio de Janeiro: Azougue, 2015.
- DOMINGUES, Ângela. “Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do Norte do Brasil”. In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.45-56.
- _____. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

- DREHER, Martin. "História dos protestantes na Amazônia até 1980". In: Hoornaert, Eduardo (org.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992, p.321-340.
- DUVE, Thomas. Indigenous Rights in Latin America: a legal historical perspective. Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series, n. 2017-02, p.1-20.
- ESBELL, Jaider. "Índios: identidades, artes, mídias e conjunturas". In: *Em Tese*. Belo Horizonte. Vol 22, N.2. Belo Horizonte: Maio-Agosto de 2016. p. 11-19.
- FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FENELON, Déa Ribeiro. Prefácio. In: MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 1998, p.9-12.
- FERNANDES, Rubem Cesar. "As missões protestantes em números". *Cadernos do ISER*, Rio de Janeiro, n.10, p.27-84, 1980.
- FERREIRA, Bruno. *Educação Kaingang: processos próprios de aprendizagem e educação escolar*. 99 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRGS, Porto Alegre.
- FERREIRA NETO, Edgard, "História e etnia", in CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 313-328.
- FRAGOSO, Hugo. "A era missionária (1686-1759)". In: HOORNAERT, Eduardo (coord.). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1992, p.139-209.
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Indigenismo e Antropologia: o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) na gestão Rondon (1939-1955)*. 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.
- _____. "A criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios e o Indigenismo Interamericano (1939-1955)". *Boletim do Museu do Índio*, Rio de Janeiro, n.5, 1996.
- FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. *Pré-história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. Ed 2005.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: EdUSP: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: SMC, 1992.
- HETZEL, Bia; NEGREIROS, Sílvia; GASPARG, Madu e GUIMARÃES, B. (orgs.). *Pré-história brasileira*. Rio de Janeiro: Manati, 2007.
- JECUPÉ, Kaká Werá (org.). *Kaká Werá*. (Coleção Tembetá). Rio de Janeiro: Azougue, 2017.
- _____. *A Terra dos Mil Povos – História indígena do Brasil contada por um índio*. Editora Fundação Peirópolis, 1998.

- MAGALHÃES, Edvard Dias (org.). *Legislação indigenista brasileira e normas correlatas*. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.
- KAYSER, Harmut-Emanuel. Os Direitos dos povos indígenas do Brasil. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Edit, 2010.
- LAGROU, Els. *Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação*. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.
- LARAIA, Roque de Barros. *A Antropologia no Brasil: Um Roteiro*. UNB: Brasília, 2007. <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie38empdf.pdf>
- LOUREIRO, Silvia Maria da S. A Doutrina Ibérica da paz face aos Desafios do Encontro com os Povos do Novo Mundo, in: A Reconstrução da Subjetividade Coletiva dos Povos Indígenas no Direito Internacional dos Direitos Humanos. O Resgate do Pensamento da Escola Ibérica da Paz (Séculos XVI e XVII) em Prol de um novo Jus Gentium para o século XXI. Rio de Janeiro PUC, Departamento de Direito, 2015, p. 197-241. (Cap. 5) (pdf)
- MARÉS, Carlos. O direito envergonhado. O direito e os índios no Brasil. Revista IIDH. vol 15. 1992. <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/iidh/cont/15/dtr/dtr5.pdf>
- MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru, SP: EDUSC/ANPOCS, 2004.
- _____. Temas para o estudo da história indígena em Minas Gerais. *Cadernos de História*, Vol. 5, no 6, (2000). <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1700>.
- MENEZES, Maria Lúcia Pires. *Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2000.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. Armas e armadilhas. História e resistência dos índios. In: *A outra margem do Ocidente*. Organização Adauto Novaes. São Paulo: Companhia da Letras & Minc-Funarte, 1999. pp. 237-249.
- MONTERO, Paula (coord.). *Entre o mito e a História: o V Centenário do Descobrimento da América*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p.137-202.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.
- MOREIRA, Vania Maria Losada. "Terras Indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850". *Revista Brasileira de História*, v.22, n.43, p.153-170, São Paulo, 2002.
- MULLER, Cristina et al. *O Xingu dos Villas Bôas*. São Paulo: Agência Estado: Metalivros, 2002.

- NATALINO, Eduardo et al. *Por Ti América – Arte pré-colombiana*. Rio de Janeiro: MINC/Centro Cultural Banco do Brasil, 2006.
- NEVES, Eduardo Goes. Duas interpretações para explicar a ocupação pré-histórica na Amazônia, in Maria Cristina TENORIO. *Pré-história da Terra Brasilis*. R.J: Ed. UERJ, 2000, p. 359-367.
- NEVES, Walter Alves. A primeira descoberta da América. *Ciência Hoje*, nº 15, 1992, 38-48.
- NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luiz Beethoven. *O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos*. São Paulo: Globo, 2008.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos A. da Rocha. A presença indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero: Ed. UFRJ, 1987.
- PAIVA, Adriano. *Os indígenas e o processo de conquista dos Sertões de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2014.
- PEREIRA, Verônica Mendes. A educação escolar indígena em Minas Gerais. *Paidéia – Revista de Pedagogia da Universidade Fumec*, ano VI, n. 6, p. 25-39, 2009. (Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/942/713>)
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UNB, 1992.
- PROUS, André. A pintura em cerâmica Tupiguarani. *Ciência Hoje*, vol. 36, nº 213. Março de 2005.
- PROUS, André. As Primeiras Populações do Estado de Minas Gerais, In: *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, p. 101-114.
- PROUS, André; BAETA, Alenice; RUBBIOLI, Ezio. *O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos: conhecer para proteger*. Belo Horizonte: Ed do autor, 2003.
- PROUS, André (e PIMENTEL, Lucia Gouvêa – orientações pedagógicas). *Arte Pré-histórica do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2007.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- RIBEIRO, Núbia Braga. A guerra sanguinolenta aos índios no sertão colonial. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2009 Vol. 6, Ano VI, nº 4 http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/ARTIGO_12_Nubia_Braga_Ribeiro.pdf
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, vol.12, no. 23, Niterói 2007.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de (coord.), *Mundos Nativos. Culturas e História dos Povos indígenas*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2015.

- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasília: Índios Coloniais em Minas Gerais Setecentista*. Tese de Doutorado em História, IFCH-Unicamp, 2003, 401p.
- _____. Apresentação do Dossiê Protagonismo Indígena na História. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, núm. 75, mayo-agosto, 2017, pp. 13-16.
- _____. Apresentação e organização do dossiê História Indígena em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLVII • Nº 1 • Janeiro – Junho de 2011.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de; SALES, Cristiano Lima; ROCHA, Leonardo Cristian; FONSECA, Bráulio Magalhães. Mapeamento da arte rupestre na Estrada Real. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Rona Editora Ltda. Ano XLVI, nº 2, julho-Dezembro de 2010.
- RIBEIRO, Darcy. *Suma Etnológica Brasileira*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/suma:intro>>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.
- RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). *Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- RICARDO, Fanny. “O Conselho Indigenista Missionário (CIMI)”. *Cadernos do ISER*, n.10, p.1-25, Rio de Janeiro, 1980.
- SALES, Cristiano Lima. *A Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo: construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho*. Dissertação de Mestrado. São João Del Rei: UFSJ, 2012.
- SALES, Cristiano Lima. “Arqueologia, Arte e História Indígena”. In: RESENDE, Maria Leônia Chaves de. (org.). *Mundos Nativos: Culturas e história dos povos indígenas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 13-49.
- SALES, Cristiano Lima. Etnias, fronteiras e ciências humanas: a contribuição da História da América. In: *Cadernos da História*, ano VII, nº. 2. Ouro Preto: dezembro de 2012. p. 97-123.
- SCHIFFLER, Michele Freire. Tradição, oralidade e ancestralidade. *Feira Literária Brasil - África de Vitória-ES*, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2016. (Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/flibav/article/view/14039/9900>)
- SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, DF: MEC: MARI: UNESCO, 1995.
- SILVA, Edson. Os povos indígenas e o ensino: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. In: SILVA, Edson H; FERREIRA, Gilberto G; BARBALHO, José Ivamilson Silva. (Orgs.). *Educação e diversidades: um diálogo necessário na Educação Básica*. Maceió, Edufal, 2015, p. 161-180.
- SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. De qual índio estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena. In: ARAÚJO, Bruno; GUIMARÃES, Janaína; SILVA, Lucas Victor. (Orgs.). *História e contemporaneidade: articulando espaços, construindo conhecimentos*. Recife, Edufpe, 2015, p. 309-333.

- SILVA, Giovani J. Categorias de entendimento do passado entre os Kadiwéu: narrativas, memórias e ensino de história indígena. *Revista História Hoje*, v. 1, no 2, p. 59-79 – 2012.
- UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4718>>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.
- VIDAL, Lux Boelitz (org.) *Grafismo indígena: estudos de antropologia estética*. São Paulo: Nobel, 2007.
- WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). *Ensino (d)e História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- YAMADA, Érika. *Direitos Humanos e Povos indígenas no Brasil. Relatoria de Direitos Humanos e Povos Indígenas*. 2017.